

8

Referências Bibliográficas

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2009. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em 11\12\2011.

BARROS, R. et al. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. HENRIQUES, R (Org). Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 21-47.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em: 04\08\2011

BENEVIDES, M. V. M. **Educação para a democracia**. São Paulo: Lua Nova, 1996.

BHERING, E. **A Contra-reforma do Estado no Brasil**. 2002. 319f. Tese de Doutorado em Serviço Social –Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 1992

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei nº 10172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília, DF, 28 de novembro de 1968.

_____. **Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

_____. **Decreto 6096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, dezembro 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Brasília, DF, agosto de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 8\03\2010

_____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo da Educação Superior 2009: Resumo Técnico**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2010. Disponível em <http://www.anaceu.org.br/conteudo/>. Acesso em 20\03\2010.

BRASIL. MEC. ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do REUNI**, janeiro 2010.

_____. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, julho de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo da educação superior 2009**: Sinopse estatística. Versão Preliminar de 13\01\2011. Brasília, DF: MEC, INEP, 2010. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em 4\05\2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009**: Síntese de indicadores. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 8\05\2011.

CARNOY, M. **Educação, economia e estado**. Base e superestrutura, relações e mediações. São Paulo: Ed. Cortez. Autores Associados, 1986.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Relume Dumará, 1996.

_____. **A cidadania no Brasil** – O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2002.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, Set\Out\Nov\Dez, 2003.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. I, n.1, set/1994.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES-Universidad Central de Venezuela. 2004, pp. 95-110.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. São Paulo: Ed. Papirus. 12ª ed., 2001.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1995.

DORIA, F.A. **A função da universidade brasileira**. In CARVALHO, A.P. et al. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 49-61.

DURHAM, E.R.; SCHWARTZMAN, S. **Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil**: os resultados de um seminário. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior-NUPEES. Universidade de São Paulo, n. 3, 1989.

FALEIROS, V. **Inclusão social e cidadania**. Debates Sociais, n° 65/66, Ano XLI, 2006.

FÁVERO, M de L. **Universidade e poder**: análise crítica; fundamentos históricos. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. HENRIQUES, R (Org). Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 131-158.

GADOTTI, M. **Concepção dialética de educação e educação brasileira contemporânea**. Educação e Sociedade. CEDES, n. 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GENTILI, P. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Educação e Sociedade. São Paulo: v. 30, n. 109, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 23\04\2010.

GENTILI, P. **A universidade na penumbra**. O círculo vicioso da precariedade e privatização do espaço público. In: *Universidades na Penumbra*. ____ (org). São Paulo: Cortez, 2001. p. 97-128.

GENTILI, P; FRIGOTTO, G (Org). **A cidadania Negada- políticas de exclusão na educação e no trabalho**, 5ª ed. São Paulo: Cortez, CLACSO, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Ed. Atlas, 1987.

GONH, M da G. **Movimentos sociais e educação**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIMARÃES et al. **Expansão e financiamento da educação superior pública brasileira**: perspectivas para o novo PNE (2011-2020). *Universidade e Sociedade*, ano XXI, nº 48, p. 21-29, jul. 2011.

GOMES, J. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa do Senado Federal**, 2001.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. HENRIQUES, R (Org). Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-18.

_____. et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. HENRIQUES, R (Org). Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LEHER, R. **Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas**. In GENTILI, P. (Org). *Universidades na Penumbra*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 151-187.

LIMA, K. REUNI: Entre as promessas e a realidade. **Universidade e Sociedade**, ano XXI, n. 45, maio de 2011.

MANCIBO. D. Reforma universitária: Reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 28 – Especial, out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10\11\2010.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MAUÉS, O. C. **A crise mundial e seus reflexos na educação superior**. *Universidade e Sociedade*, DF, n. 45, ano XIX, p. 93-101, jan. 2010.

MINAYO, M. C (Org). **Pesquisa social: Teoria. Método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. **Revista Mosaico**, Ed n. 3, Ano II. FGV, julho de 2010. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/mosaico>. Acesso em 26\12\2011.

NEVES, C.E.B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In **A educação superior no Brasil**. IESALC – UNESCO. Porto Alegre, 2001. pp. 24-37.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A (org). **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Antonio J.B.; Orrico. E. Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras. In:_____.; QUEIROZ, A. C. **Universidade e Lugares de Memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. Sistema de Biblioteca e Informação, 2009.

OLIVEIRA, A. J. A **casa de Minerva**: Entre a ilha e o palácio. O discurso sobre os lugares como metáfora da identidade institucional. 352f. 2011. Tese (Doutorado em Memória Soci-

al) Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA. E. A. **A assistência ao estudante no espaço universitário**. 177f. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação superior no Brasil. In **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, p. 38-87

PAIVA, A.M.R. Direito, desigualdade e acesso à universidade. **O social em questão**. Ano XIII, n.23, Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2010. v.22.

PEIXOTO, M. C. L. **A assistência ao universitário na UFMG**. Belo Horizonte: [s.n.], 1998, 25p.

PEREIRA, P. A. **Política social – Temas e questões**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Política Social, cidadania e neoliberalismo**: reflexão sobre a experiência brasileira. CARVALHO, D. B. B. et al (Orgs). Novos paradigmas da política social. Brasília: UNB, 2002.

PINO, Mauro Del. Política educacional, emprego e exclusão social. In **A Cidadania Negada**. São Paulo: Cortez, 3ª Ed, 2008, pag. 65-88.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial-Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 8\11\2011.

POCHMANN. M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out\dez. 2010.

PORTES, E. A. **Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público**: o caso da UFMG. RBEP, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006.

REIS, E. P. Percepção da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, Fev. de 2000, p. 143-152.

RIBEIRO. C.; MENEZES, R.G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 42-55. jan\jul. 2008.

ROCHA, S. Os “novos” programas de transferência de renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. In **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. HENRIQUES, R (org). Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

RODRIGUES, M. M. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROMANO, Roberto. **Universidade**: entre as luzes de nossos dias. In CARVALHO. A.P. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa na PUC – Rio**: a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2011.

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa no ensino superior**: a inserção de alunos pobres e negros na PUC-Rio. 2008. 199f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-RJ, Rio de Janeiro.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica – a construção do conhecimento**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação (LDB)**: trajetórias limites e perspectivas. Campinas. Autores associados, 1997.

SCHWARTZMAN, S e CASTRO, M.H. M. **A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP**. São Paulo: NUPES\USP, 1991. Documento mimeografado.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. In:____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 17-26.

SGUISSARDI, V. (Org) **Educação Superior** : Velhos e Novos Desafios. São Paulo. Xamã, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. R & SGUISSARDI, V. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado\mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**. Maio\Jun\Jul\ago, 2005.

SILVA Jr, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2ª Ed. rev. São Paulo: Ed. Cortez, USF-IFAN, 2001.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v.13, n.2, p. 155-163, jul\dez. 2010.

SPOSATI, A. Proteção social na América Latina em contexto de Globalização. **Debates Sociais**, CBCISS, n. 69-79, Ano XLIII, 2008.

_____. **Novas Faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**, 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976

_____. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Ed. UFRJ, 2005.

_____. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: site oficial. Disponível em: <http://www.une.org.br/>. Acesso em: 18\12\2011.

USP - Universidade de São Paulo. **Situação e Perspectivas do Ensino Superior no Brasil**: os Resultados de um Seminário, 1., 1989, Campinas, SP. Documento de Trabalho. Campinas: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1989.

VARGAS, M. L. F. **Ensino Superior, Assistência estudantil e Mercado de Trabalho**: Um estudo com egressos da UFMG. 2008. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA, A. e VIEIRA, J. J. **Dilemas da inclusão e entraves à permanência**: uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. In O social em questão. Ano XIII, n.23, Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2010. v. 22.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, nº 32, p. 226-370, maio\ago de 2006.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

Perfil

Sexo:

Cor:

Curso:

Período:

Horário: Integral, parcial, noturno

Previsão de Conclusão:

Bairro de moradia:

Município:

Estado Civil:

Trabalha?

Horário:

Renda familiar:

Tipo de escola em que cursou o ensino médio: particular, publica

Escolaridade dos pais:

Freqüentou curso pré-vestibular (particular, comunitário)? Qual?

O que motivou a escolha da UFRJ?

Já havia realizado vestibular em anos anteriores?

O que motivou a escolha do curso?

Outros membros de seu grupo familiar freqüentam ou freqüentaram um curso superior?

Qual foi a reação de seus familiares quando você foi aprovado?

Quais dificuldades pensou que enfrentaria na universidade?

Quais as principais dificuldades encontradas no 1º período do curso?

E nos posteriores?

Você conseguiu ultrapassá-las? De que forma? Foi muito difícil?

Você encontrou dificuldades em se relacionar com seus colegas de curso?

Que mudanças ocorreram em você após o início do curso? Sua visão de mundo foi alterada?

Qual a importância da bolsa na sua vida acadêmica?

De que forma você a utiliza?

Ela é utilizada integralmente por você ou ajuda no orçamento de sua família?

Caso você não tivesse sido selecionado para receber a bolsa teria dado prosseguimento à sua graduação?

Que modificações você considera que deveriam ser feitas em relação a esse auxílio financeiro?

Gostaria de acrescentar algum dado que não tenha sido abordado?

ANEXOS

Anexo I

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº- 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

D E C R E T A :

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Anexo II

**Plano Nacional
de Assistência Estudantil**

PALAVRA DA DIRETORIA

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que congrega as 56 Instituições Federais de Ensino Superior presentes em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, entende a educação como um bem público e o conhecimento como um patrimônio social. Com base nesses dois princípios, defende o acesso e a permanência universal à Educação Superior.

Em 2004, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) realizou estudos que demonstram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES.

Esse trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES.

Dessa forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

O **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, busca satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes. Nele tem-se um marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES

Diretoria Executiva – Gestão 2007/2008

Presidente: Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU)

1º Vice-Presidente: Reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN)

Suplente: Reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS)

2º Vice-Presidente: Reitor Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT)

Suplente: Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)

Secretário Executivo: Gustavo Balduino

Coordenadora Nacional do Fonaprace: Corina Martins Espíndola

SUMÁRIO

I – Introdução	04
II – Justificativa	06
III – Diagnóstico	07
IV – Princípios	14
V – Objetivos	14
VI – Metas	15
VII – Áreas Estratégicas	16
VIII – Investimento	17
IX – Necessidade de Pessoal	17
X – Acompanhamento	17
XI – Referencial Teórico	19

I – INTRODUÇÃO

A missão da universidade cumpre-se à medida que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrangendo também as contradições nela existentes.

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: "*Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...*". A LDB, determina ainda que "*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de

suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (IX dimensão).

O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior". E, em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil."

Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

Nesse contexto, pode-se dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e as iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução.

É fundamental articular ações ao processo educativo. Para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, ela deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e de cidadania.

Outrossim, o **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

II – JUSTIFICATIVA

A Andifes vêm demonstrando, desde a sua fundação, preocupação com a política social de assistência aos estudantes. Tal fato permitiu a criação do Fonaprace, com o objetivo de discutir e fortalecer as ações desenvolvidas pelas IFES.

A criação do Fórum coincidiu com a fase em que a sociedade civil brasileira avançava na construção do Estado democrático de direito. Desses eventos, emanaram decisões registradas em documentos próprios, que explicitam a necessidade de estabelecer políticas que viabilizem o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes em condições de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar algumas concepções de consenso desses eventos:

"... A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência "(Fonaprace, 1993, p. 110).

"... As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação". (Fonaprace, 1993, p. 161).

"... preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor..." (Fonaprace, 1993, p. 301).

"...torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, o legisladores e a comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes." (Fonaprace,2000)

Pesquisas, como as realizadas pelo Fonaprace, abalam o imaginário que permeia o senso comum de que as universidades públicas são, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas.

Historicamente essa máxima encontrava eco na maior parte das instituições. Contudo, e felizmente, esse perfil vem transformando-se ao longo do tempo e a efetivação dessa possibilidade de real diversidade só terá ampliação se estabelecidas as condições que transfiram capital cultural e conhecimento àqueles que mais precisam das Instituições Públicas de Ensino.

Para a elaboração de projetos na área de assistência estudantil, é essencial reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivencia diversas formas de

segregação e condições de miséria, que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde.

Nesse sentido, urge o engajamento das universidades públicas, não apenas no debate, mas na concretizando ações que possibilitem o acesso e sobretudo a permanência no meio universitário em condições dignas e de forma equânime.

III – DIAGNÓSTICO

O Fonaprace realizou duas pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. A primeira entre 1996 e 1997 e a segunda entre 2003 e 2004. A pesquisa realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras, que existiam à época. Na pesquisa mais recente, de 2004, esse percentual chegou a 88,68%, o que demonstra uma forte participação das IFES.

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, que representou um universo de 469.378 estudantes dessas instituições, foi adotado o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP). Constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam as categorias C, D e E – categorias que englobam alunos provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.

As condições socioeconômicas dos estudantes de graduação das IFES refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população brasileira. Com base nas constatações feitas em 1996 (*Fonte: Folha de São Paulo, 18 jun., 1996, p. 1-6 e 1-8*) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), verifica-se que:

- a. em cada três brasileiros, um não tem renda suficiente para suprir suas necessidades básicas;
- b. há 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza;
- c. 14% da população encontra-se desempregada, principalmente jovens, idosos e mulheres;
- d. os brasileiros tidos como pobres apresentam baixa qualificação, decorrente da baixa escolaridade;

e. o País apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, superando o Peru, Panamá e, até mesmo, Botsuana, no sul da África. Os dez por cento mais ricos da população têm uma renda quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que, na maior parte dos países, os mais ricos percebem em média, dez vezes mais que os mais pobres.

Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes das classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário.

Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso à cultura como e até mesmo ao estudo de uma língua estrangeira.

Outro aspecto relevante diz respeito à inclusão digital, tendo em vista a indiscutível importância da informática como veículo de informação e realização de pesquisas científicas. Como agravamento desse quadro, os dados apresentam um percentual de 10,1% de estudantes que nunca utilizaram o computador e, conseqüentemente, a Internet.

Associado a esses dados, o estudo "Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas", realizado pelo MEC, por meio de um grupo de Pró-Reitores de Graduação, aponta que 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo. Segundo o Secretário de Políticas de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), Luiz Roberto Liza Curi, "*a evasão reduz a eficiência do sistema, além de torná-lo excessivamente caro*". (Folha de São Paulo, 13 maio, 1998, Caderno 3)

A SESu estima que o custo com a evasão no sistema federal seja de 486 milhões ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das IFES. Segundo o Presidente da Comissão que realizou o estudo, Merion Campos Bordas, "*a evasão decorre de fatores externos e internos ao sistema. Mas cabe à Universidade criar os meios para estimular o aluno*". (Folha de São Paulo, 13 maio, 1998, Caderno 3)

O mesmo estudo revela que o problema da evasão é agravado pelo da retenção (de 8 a 13%) que ocorre quando os alunos permanecem na universidade mais tempo que o estabelecido, ocupando uma vaga que poderia ser destinada a outro candidato.

O Fonaprace aponta as dificuldades socioeconômicas da parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas da evasão e da retenção.

É importante citar, como exemplo, o resultado do estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que comparou o desempenho acadêmico de seus estudantes. Foi constatado que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico, quando comparados aos demais, apesar das diferenças socioeconômicas entre os dois grupos. Além disso, o estudo revelou que os estudantes apoiados pela instituição concluíram seus cursos em menor tempo e apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula.

Estudos semelhantes, realizados pelas IFES: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), demonstram que os estudantes de baixa condição socioeconômica, que fazem parte de algum programa de apoio nessas instituições, tiveram rendimento acadêmico superior aos demais estudantes.

Serão apresentados a seguir, alguns indicadores das Pesquisas Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, realizadas pelo Fonaprace entre 1996 e 1997 e entre 2003 e 2004, que reafirmam a necessidade de alocação na matriz orçamentária das IFES, recursos para viabilizar a execução de projetos que se alinhem ao **Plano Nacional de Assistência Estudantil**.

a) Migração/ Moradia

A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condição de vida. A 1ª pesquisa Fonaprace aponta que 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. A segunda pesquisa mostra que 30,5% dos alunos encontram-se nessa realidade.

Os estudantes que não residem com os pais/cônjuges ou em casas mantidas pelas famílias e que pertencem às categorias C, D e E constituem a demanda potencial por moradia estudantil, totalizando um percentual de 12,34 % na 1ª pesquisa e 12,4% na 2ª pesquisa.

As moradias universitárias atendem a um percentual de 2,40% desses estudantes, que, em sua maioria, são das categorias C, D e E. Isso evidencia que 9,94%, na 1ª pesquisa, e 7,5%, na 2ª pesquisa, constituem a defasagem existente entre a demanda potencial e a demanda atendida pelas moradias estudantis.

b) Alimentação

Na 1ª pesquisa, 19,10% dos estudantes informaram que o Restaurante Universitário (RU) constitui-se em importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária. Na 2ª pesquisa, esse número cresce para 24,7%. Desses usuários, os das categorias C, D e E são os que mais freqüentam o restaurante, o que ratifica sua real função acadêmico-social e de convivência universitária.

Dada a sua importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão. É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu desempenho e formação integral.

c) Manutenção e Trabalho

Trabalhar e estudar, essa é a condição que se constata em todas as categorias socioeconômicas. Na 1ª pesquisa, observou-se que 42% dos estudantes exercem atividades não-acadêmicas remuneradas. Na 2ª pesquisa, esse percentual é de 35,4%. Desses, a maior concentração de estudantes encontra-se nas categorias C, D e E, refletindo a necessidade concreta de auto-manutenção.

Verifica-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é ainda tímida. Na 1ª pesquisa, apenas 16,83 % do universo pesquisado participava desses programas. É importante registrar que foi constatado na 2ª pesquisa um aumento desse percentual para 19,10%. Mesmo assim, os estudantes da categoria A são os mais envolvidos nessas atividades (22,2%).

A tendência para a busca da auto-manutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

d) Meios de Transporte

A maioria dos estudantes, tanto na 1ª pesquisa (60,60%), quanto na 2ª (59,9%) utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano, a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transportes.

Destacamos que, em alguns centros urbanos, a despesa com transporte consome um percentual considerável da renda familiar.

e) Saúde

Quanto aos estudantes das IFES, que utilizam os serviços de saúde pública, a 1ª pesquisa demonstra um percentual de 27,22%, havendo um aumento para 37% na 2ª pesquisa. Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais freqüentam os serviços públicos de saúde: C, D e E (55,4%). Essas categorias têm o maior índice das que procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, o que indica precariedade na saúde oral.

Na 1ª pesquisa, identificou-se que 21,41% dos estudantes têm menos de vinte anos. Na 2ª pesquisa, esse percentual aumenta para 23,8%. Tendo em vista a especificidade dessa faixa etária, identificam-se alguns temas considerados desafiadores e que demandam programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreveníveis.

Reforçando as necessidades anteriormente citadas, a 2ª pesquisa mostra que 36,95% dos estudantes das IFES apresentam necessidades significativas ou crise emocional durante o último ano do curso e 39,5% são acometidos por dificuldades emocionais, no início do curso. Esses dados revelam a necessidade de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para este tipo de atendimento.

f) Acesso à Biblioteca

A 1ª pesquisa mostra que 79,9% dos estudantes utilizam as bibliotecas para consulta acadêmica. Na 2ª pesquisa, esse percentual é de 65,4%. Na 1ª pesquisa, apenas 11,25% de estudantes buscaram atividades relacionadas a lazer e cultura. Na 2ª

pesquisa, o percentual é de 17,2%, demonstrando um potencial a ser explorado pelas bibliotecas universitárias.

É fundamental o estabelecimento de uma política de investimentos nas bibliotecas universitárias, com ampliação do acervo, da capacidade e dos horários de atendimento, além da viabilização de novas tecnologias de acesso à informação.

g) Acesso à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Com relação à leitura, os estudantes das IFES estão lendo mais, posto que em 1997, 46,7% leram de 1 a 6 livros por ano, e, em 2004, 62,4% dos pesquisados fizeram essa leitura anual.

Na 1ª pesquisa, observa-se que 86% dos estudantes praticam atividade física e/ou esportiva, sendo o lazer a principal motivação para a prática dessas atividades. Na 2ª pesquisa, 34% dos estudantes praticam freqüentemente ou sempre atividades físicas ou esportivas.

Os estudantes, em sua maioria – 55,13%, na 1ª pesquisa e 51,1%, na 2ª pesquisa –, têm como única fonte de informação o telejornal, sendo que a Internet despontou como o novo veículo de informação com 24,3% na 2ª pesquisa.

Assim sendo, faz-se necessária uma ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas.

h) Conhecimento Básico de Informática

O acesso à internet está relacionado ao aumento no nível de conhecimento em informática que em 1997 era de 22,85, passando para 43,9% em 2003/2004. O percentual de estudantes que não dominam este recurso reduziu de 24,65, na primeira pesquisa, para 4,7%, na 2ª pesquisa. O acesso à internet está diretamente relacionado à posse do equipamento.

Os dados apontam para a necessidade de desenvolver políticas e ações de inclusão digital nas IFES, principalmente, junto aos estudantes da categoria C, D e E, 43,1% raramente utiliza a Internet e 10,1% nunca utilizou.

i) Domínio de língua estrangeira

Com relação ao domínio de língua estrangeira, observou-se que o domínio de língua inglesa com 30,2% aumentou 6,9% em relação a 1ª pesquisa. Observa-se que os estudantes das categorias C, D e E são os que têm menor domínio de língua estrangeira, apenas 14,7% apresentam um bom domínio de língua Inglesa.

Ressalta-se que as IFES precisam implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente, para que os estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes curso e, por consequência, ao domínio da língua.

j) Movimentos Sociais

Na 1ª pesquisa, identificou-se um percentual significativo de 42% de estudantes que não participam de movimentos sociais. Os demais participam preferencialmente dos movimentos religiosos – 24,67%, na 1ª pesquisa, e 24,8%, na 2ª pesquisa. A primeira pesquisa mostrou que 11,14% dos entrevistados participavam de movimentos estudantis. Esse percentual foi reduzido para 7% na segunda pesquisa. O número de participantes de atividades políticas partidárias também é baixo – 7,97%, na primeira pesquisa, e 5,1%, na segunda.

Nesse sentido, é preciso ampliar os projetos que estimulem, por intermédio de várias estratégias, dentre elas o pagamento de bolsas para os estudantes de origem popular, o retorno dos alunos a suas comunidades, objetivando trocas de vivência e saberes e oportunizando o contato com lideranças e a participação nos movimentos sociais.

Pelos indicadores sociais apontados, conclui-se que a capacidade instalada de atendimento das IFES públicas à demanda social é insuficiente para responder a realidade apresentada. Os dados refletem a necessidade de implementação de uma política pública, aprofundando a discussão da assistência estudantil com novas perspectivas na ampliação de recursos e programas para atendimento a necessidades básicas, como moradia, alimentação e bolsas, mas também de estratégias que permitam uma efetiva inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã, que não se restrinja à manutenção e à sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico.

IV – PRINCÍPIOS

O **Plano Nacional de Assistência Estudantil** rege-se pelos seguintes princípios:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES.
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de idéias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

V – OBJETIVOS

a) Gerais:

- ∞ garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- ∞ garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.

b) Específicos:

- ∞ promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- ∞ viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;

- ∞ contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- ∞ redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- ∞ adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- ∞ assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- ∞ promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- ∞ consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IFES, por meio da implantação de um banco de dados nacional;
- ∞ realizar pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES;
- ∞ definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- ∞ viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;
- ∞ desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos.

VI – METAS

- ∞ Implantação do **Plano Nacional de Assistência Estudantil** no ano de 2007;
- ∞ Criação de um Fundo para Assistência Estudantil, onde os recursos destinados serão adicionados aos aplicados atualmente e que são insuficientes para a assistência estudantil.

VII – ÁREAS ESTRATÉGICAS

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> -Moradia -Alimentação -Saúde (física e mental) -Transporte -Creche -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psico-pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> -Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

VIII – INVESTIMENTOS

Para efeito do cumprimento do **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, deverá ser criado um Fundo para Assistência Estudantil. Esse deverá ter o valor equivalente a 10% do orçamento anual de OCC (Outros Custeios e Capitais) das IFES.

Para o segundo semestre de 2007, esse valor será equivalente a 5% do orçamento anual de OCC das IFES.

Estes recursos serão adicionados aos aplicados atualmente pelas IFES.

IX – NECESSIDADE DE PESSOAL

A elaboração e implementação de programas vinculados à assistência estudantil no âmbito das IFES está relacionada ao trabalho integrado de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento. É fundamental que se envide todos os esforços no sentido de garantir a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares que tenham como atribuição a construção e a execução dos programas de assistência estudantil que envolvem, dentre outros aspectos, avaliações de cunho social e econômico.

Nesse sentido, faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo as especificidades de cada região e instituição. Além desses cargos, é urgente a revisão de alguns cargos extintos que estão diretamente relacionados à viabilização de alguns programas de assistência aos estudantes, podemos citar como exemplo o cargo de cozinheiro.

X – ACOMPANHAMENTO

Historicamente as IFES têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes.

A partir das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços.

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-

Reitorias, subsidiando os trabalhos do Fonaprace na avaliação permanente do **Plano Nacional de Assistência Estudantil**.

As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

- ∞ relação oferta/ demanda;
- ∞ desempenho acadêmico do estudante;
- ∞ mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil;

Para isso, as Instituições deverão:

- ∞ estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- ∞ avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- ∞ identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão).

Para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas, o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação.

HALLAK, Ingrides e SOARES, José F. "Influência da bolsa de manutenção no desempenho acadêmico dos bolsistas". Estudo comparado entre dois grupos "bolsista" e "não-bolsistas".

FARIA, Sandra de. "Política de Ação Comunitária". In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 208.

FONAPRACE, I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 1997.

_____, II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2004.

_____, Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 110.

Presidente: Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni – UFU

1º Vice-Presidente: Reitor José Ivonildo do Rêgo – UFRN

Suplente: Reitor José Carlos Ferraz Hennemann – UFRGS

2º Vice-Presidente: Reitor Alan Kardeck Martins Barbiero – UFT

Suplente: Reitor Edward Madureira Brasil – UFG

Vice Sul: Reitor João Carlos Brahm Cousin – FURG

Suplente: Reitor Lúcio José Botelho – UFSC

Vice Sudeste: Reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho – UFScar

Suplente: Reitora Malvina Tânia Tuttman – UNIRIO

Vice Centro-Oeste: Reitor Timothy Martin Mulholland – UnB

Suplente: Reitor Paulo Speller – UFMT

Vice Nordeste: Reitor Amaro Pessoa Lins – UFPE

Suplente: Reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho – UFS

Vice Norte: Reitor José Carlos Tavares Carvalho – UNIFAP

Suplente: Reitor Marco Aurélio Leite Nunes – UFRA

COORDENAÇÃO DO FONAPRACE

Coordenador Nacional: Corina Martins Espíndola -UFSC

Vice-coordenador Nacional: Eduardo Silvio Sarmento de Lyra - UFAL

Coordenador Regional Norte: José Sérgio Siqueira – UFAC

Coordenador Regional Nordeste: Antonio Glaucio de Sousa Gomes – UFCG

Coordenador Regional Sudeste: Rafael Magdalena – UFOP

Coordenador Regional Sul: Rita de Cássia Lopes – UFPR

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Secretário Executivo – Gustavo Balduino

Secretária Adjunta – Marília Angoti Ledier

Assessora de Comunicação – Lilian Saldanha